

A Escola de Urbanismo Ecológico na alfabetização para o discurso e a prática de planejamento e gestão em Curitiba: na reza da cartilha, quem vem antes, lição ou aprendizado?

*Alexandre Maurício Matiello**

Resumo

Através do estudo da experiência em planejamento e gestão de áreas verdes públicas em Curitiba (PR), revelou-se significativo o papel que seus numerosos parques e bosques vêm desempenhando na afirmação da imagem de Curitiba como “cidade ecológica”. Sob este título, na mídia e no discurso da própria municipalidade, difunde-se um modelo a ser seguido. Contudo, que base têm as teorias que fundamentam esse propagandeado modelo? A resposta “parece” encontrar-se no documento “Memória da Curitiba Urbana”, em seu oitavo volume. Esta série editada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), na década de 90, apresenta neste texto oito postulados da “Escola de Urbanismo Ecológico”, que se colocam como norteadores da prática de seus *policy-makers* desde a década de 70. Contudo, por que tanto tempo demorou a se veicular esta cartilha? Que canal os técnicos encontravam para usar de uma linguagem única em seu discurso e ações antes do surgimento desta publicação? Como foram escritos os postulados? Através de uma análise documental e entrevistas com agentes-chave reflete-se neste trabalho como a prática curitibana de planejamento escreve/reescreve seus “pressupostos” teóricos com base na experimentação e como, no caso de seus parques e bosques, um paradigma inovador pode realmente ser validado.

Palavras-chave: áreas verdes públicas, planejamento e gestão urbanos, Escola de Urbanismo Ecológico.

Curitiba e seu “modo de fazer”: reflexão na história das idéias e ações em planejamento urbano em Curitiba

Procurando contribuir para o já tão rico debate sobre a experiência curitibana em planejamento e gestão da cidade, nosso trabalho traz à tona a discussão que parte do estado-da-arte do planejamento da cidade sob a ótica de suas áreas verdes e, assim, traça historicamente um resgate da história das idéias e das práticas do planejamento urbano em Curitiba.

Em recente pesquisa de mestrado em Sociologia Política que realizamos, efetuou-se uma contextualização do caso curitibano de planejamento e gestão de parques a partir da crise paradigmática da ciência e do próprio planejamento, demonstrando-se a obsolescência de antigos paradigmas calcados na lógica racionalista-cartesiana e a emergência de novos paradigmas, entre eles o Ecológico. Dentro desta discussão, que nos permite o trocadilho do título deste artigo, nos parece que Curitiba ilustra muito bem um estado de *transição paradigmática* em que a teoria se escreve com a prática (aprendizagem), contrariando a metodologia do antigo paradigma onde a prática tão somente refletia os vieses da teoria (lição). Um exemplo bem prático era a crença que o paradigma racionalista tinha no papel do técnico como o “messias salvador”, o demiurgo. O papel da técnica como meio e fim – sustentáculo teórico de um paradigma que considera como verdadeiro só o que é comprovável cientificamente – se traduzia, na prática, através da negligência para com os usuários, tidos como sujeitos manipuláveis pelas ações públicas e de caráter técnico. Na tentativa de encontrar quais são os fundamentos para o discurso da atualidade mais recente – até o início de 2000, ao menos –, discurso este que particularmente qualifica a escolha da matriz ambiental como sucesso para a história do seu planejamento, servimo-nos, sobretudo, da análise de documentos e falas dos atores envolvidos para compreender as relações de coesão entre os agentes do governo municipal e a relativa continuidade de gestão e práticas sob uma ideologia “familiar” há mais de 20 anos.

Em nosso trabalho procurou-se verificar a coerência de uma propalada “sustentabilidade” para os parques de Curitiba que se tornaram estandarte de uma Capital ecológica, tendo como hipótese de partida a idéia de que a atual gestão destes espaços não configura um modelo, pois não recorre claramente a nenhuma teoria de embasamento para suas ações, senão em noções fragmentadas e equivocadas de sustentabilidade, o que implica em práticas de gestão propaladas como inovadoras, mas que continuam permitindo a reprodução e permanência do antigo paradigma¹ (MATIELLO, 2001).

O processo de pesquisa foi revelando a complexidade da teoria e práxis de planejamento em Curitiba, confirmando a hipótese para além da realidade estudada sobre os parques, nos permitindo generalizações que repercutem sobre outras ações de relevância no bojo da urbanidade.

Desta forma, o que se averiguou acontecer para os parques – a persistência de traços de um antigo paradigma e de um novo que emerge – permite concluir que possivelmente todo o planejamento e gestão de Curitiba passe por esta fase de transição paradigmática, na qual as teorias vêm se construindo numa velocidade e tempo semelhantes às experimentações implementadas, uma fomentando a outra.

Papel decisivo para a divulgação, deste dito modelo de gestão urbana, calcado em práticas alardeadas como exitosas, são os seus parques e bosques, usados como plataforma da política ambiental, aparecendo ainda como “cartões-postais” mais divulgados e desempenhando papel fundamental para o *city-marketing* empreendido pela cidade (PEREIRA, 1999). Ponto comum de análise para muitos autores, os quais têm se proposto a avaliar o “impacto” midiático deste fenômeno no planejamento urbano (GARCIA, 1994), ou seja, as conseqüências da auto-promoção, sobretudo governamental, dos feitos positivos da cidade, o *city-marketing* tem, ao nosso ver, ainda o papel de referenciar publicamente as idéias que justificam as ações mais diversas do coletivo técnico, sendo o material de divulgação produzido, em seu conjunto, uma das poucas fontes que nos permitem analisar sob que bases têm se formulado as políticas de planejamento urbano².

Para além do papel do *city-marketing*, eficaz e também contraditório, como mencionaremos adiante, persiste, contudo, como objeto de nossa discussão, outras formas que têm servido para que o “modo de fazer” Curitiba alcance tamanha legibilidade entre seus técnicos e população, contribuindo para a disseminação exterior do êxito de suas práticas. A que se atribui essa “dita” clareza filosófica dos objetivos que se quer para a cidade a ponto de forjar um discurso comum aos técnicos e governo? De que forma tem sido ensinada a “cartilha ideológica”? Como seus *policy-makers* mantêm uma linguagem e ideologia comum, se as gestões dentro da prefeitura variam, se o gigantismo da máquina municipal e pluralidade de problemáticas já não colaboram para tanta coesão? Que alfabeto comum é este e como tem sido ensinado?

É dentro deste contexto que iremos refletir aqui, apontando que se por um lado a gestão da cidade de Curitiba historicamente tem representado uma vanguarda em termos de práticas urbanas bem sucedidas, por outro lado, ao sustentar a idéia de um modelo a ser divulgado e reexperimentado em outras realidades, supõe uma ruptura com um paradigma anterior, um modelo que por consequência, só poderia ser ambientalmente pernicioso e que contrasta radicalmente com o modelo então difundido de capital ecológica.

O *marketing* urbano dando a alma (depois) do negócio: instrumento para a identidade e “participação” da população

Comentávamos acima que a motivação de pesquisa partiu do propagandeado modelo inovador em parques de Curitiba. Na tentativa de verificar sua existência e de caracterizar este novo paradigma, deparamo-nos com o papel desempenhado pela propaganda acerca da cidade, em princípio surgida com a função de tornar público os feitos do Executivo Municipal e também para incentivar a população na adesão a programas e uso de equipamentos.

Contudo, mais que isto, o *marketing urbano* tem atuado como instrumento de legitimação de ações governamentais e, através da

imagem criada de cidade ecológica, tem exercido um papel direcionador de atitudes das pessoas, tornando-se imprescindível para o sucesso de opinião das mais diversas ações do município. Aliás, a “participação” das pessoas nos processos tem sido outro valor agregado ao pretensão modelo que, divulgado através de canais midiáticos, dá a impressão de que reflete um paradigma teórico pré-existente e inovador, que resulta em ações práticas igualmente inovadoras.

O *marketing* urbano vem também para dar conteúdo e substância ao paradigma propalado, senão até mesmo, forjando-o – “dando a alma (depois) do negócio” – imprimindo às obras e equipamentos um sentido após sua implantação, amparando estas em um discurso *post facto* ricamente justificado e “coerente” que se coaduna com as mais assimiladas e difundidas premissas do ideário de planejamento da cidade, sem, contudo, deixar evidente sua fonte de inspiração e meio de reprodução. Como veremos logo mais, a apropriação pelo planejamento urbano de valores acerca de Ecologia e Sustentabilidade não apresenta referências claras, parecendo por vezes “abeberar-se no senso comum”, além de não se manifestar sobre uma base documental explícita, como num memorial descritivo, que permita, dentro da estrutura municipal, sua reprodução. No entanto, embora estes fatos levem à negação da existência de um paradigma, por outro lado, surpreende-nos a homogeneidade e coerência interna das ações intra e inter-institucionais da prefeitura que, sem uma base explícita, reproduzem ações ideologicamente vinculadas entre si e que posteriormente são associadas ao modelo que melhor lhes convier. Sendo assim, onde está a base em que os técnicos se apóiam para reproduzir suas ações?

Verificamos ainda que a política de comunicação social em Curitiba tem mais o caráter de informar posteriormente sobre planos e atividades da prefeitura e de apelar para que a população participe nos projetos locais, do que conscientizar os cidadãos para serem agentes na política local e nos processos de decisão. A propalada participação, pelo que pudemos perceber de maneira subliminar nas leituras e entrevistas, é entendida como a capacidade

da população aderir ou não aos projetos da municipalidade. Se houve adesão então houve participação, mesmo sem ter envolvido sequer um processo de parceria, co-gestão etc. Assim, a participação teria mais um caráter instrumental – de conquistar o público para a co-responsabilidade.

Revela-se, desta forma, a importância do *marketing* urbano como instrumento estratégico não só de divulgação, mas até mesmo de “criação” de um paradigma, no sentido da construção de um discurso a partir da imagem já existente, ao invés de anterior à ação pública que a ela corresponde:

No caso específico de Curitiba, a mídia não está reportando um fato que já está acontecendo e sim um que quer que aconteça. Curitiba fala dela mesma para seus próprios habitantes, esperando uma interação que forme uma corrente positiva para concretizar o que já foi divulgado como fato. (PEREIRA, 1999, p. 40).

O papel do *marketing* urbano se estende à formação de uma identidade urbana que resulta num processo de adesão da população ao conteúdo das propostas, justificando as obras cuja utilização é estimulada pelos mais diversos recursos publicitários, de panfletos à campanhas televisivas. A pretensa participação que o planejamento incute revela-se como aceitação popular das ações efetivamente de “gabinete”, que não implicam em níveis mesmo que superficiais de consulta popular. Permanece, portanto, um planejamento autocrático, que, contudo, se renova através dos instrumentos que a moderna tecnologia oferece, perpetuando práticas que se apresentam inovadoras pelos artifícios contemporâneos de que usa. A seguir, ainda procurando indícios de uma base teórica para o propalado paradigma, tentaremos encontrar que outra “cartilha” tem servido, além do diversificado material publicitário, para nortear a gestão urbana curitibana.

O modelo de planejamento urbano em Curitiba: uma teoria que se escreve na prática

As publicações oficiais da prefeitura, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) ou da Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE) hoje insistem que a questão ambiental estava presente desde os primórdios da história da cidade – com a regulação do corte de árvores e manutenção de rios já na vila dos séculos XVII e XVIII – e que isto foi fundamental para alcançar-se o patamar de modelo hoje propalado.

No entanto, interessa destacar o quão conscientemente se tinha noção da abrangência do tema ambiental nos mais remotos períodos, e o quanto este tema evoluiu até a proposição dos planos mais recentes para a cidade. Em nossa opinião, a insistência da cidade em querer dar um perfil histórico à assimilação da questão ambiental no planejamento – nitidamente percebida em algumas publicações –, inclusive, relacionando isto com a cultura de seus imigrantes, “responsáveis por bonitos jardins”, quer difundir a idéia da preponderância da questão ambiental para o sucesso de todas as suas ações. Contudo, em todo o processo de desenvolvimento urbano de Curitiba e de eficácia de programas e ações, foi o processo de institucionalização do planejamento urbano que desempenhou função ímpar na conquista do *status* alcançado atualmente por Curitiba, que a diferencia de muitas outras cidades que foram crescendo sem planejamento. Para Fachini,

Sob o ponto de vista institucional, a história de Curitiba revela que, do *laissez-faire*, em termos de expansão urbana, passou-se para uma fase consciente e operante de planejamento. Nesse sentido, percebe-se nitidamente a passagem, inicialmente para um planejamento setorial, e ainda pouco sofisticado do Plano Agache, 1943, para uma tentativa bem sucedida de um planejamento integrado da cidade, caracterizado pelo atual plano diretor de Curitiba. (FACHINI, 1975, p. 46).

Oliveira (2000) comenta que, na década de 70, o sucesso curitibano já intrigava o Governo Federal que encomendou ao Ministério do Interior um estudo sobre a cidade. Ou seja, antes mesmo da evidência da questão ambiental. Na época interessava o sistema de transporte e circulação, o início da implantação das áreas verdes, o sistema educacional e habitacional. A ênfase que sempre foi colocada na dimensão técnica foi logo desfeita, pois do contrário, não haveria explicação para outros centros, com igual ou superior capacidade estrutural, não terem seguido o mesmo caminho. A grande diferença foi que, em Curitiba, a reforma urbana prevista em plano – que sempre foi adiada em outros lugares –, se não conseguiu realizar-se integralmente, ao menos parcialmente o foi, graças, não só ao desempenho técnico, mas a uma dimensão político-institucional favorável. Este ambiente propício não se deu somente devido ao apoio popular, afinal, as estratégias de *marketing* urbano para conquistar “participação” se consolidaram na década de 90. Foi então primordial a disposição dos urbanistas em agregar demandas específicas do interesse do capital privado, que desta forma, conquistavam “autonomia” para seus planos. Para este autor, o projeto político se alicerça no êxito do planejamento urbano, um projeto de dominação que recorre à tecnocracia como legitimador e que esconde sob o trabalho dos técnicos um jogo poderoso de interesses do setor dominante.

Contudo, Fachini (1975) criticava mais anteriormente a visão fragmentada do plano, fruto da ausência de um quadro teórico para a abordagem da problemática urbana:

Sente-se que, pelo fato de o planejamento urbano de Curitiba não se apoiar sobre uma teoria sociológica de desenvolvimento urbano (explícita), reduz a programação social a atividades para responder à demanda imediata, desprovida de conteúdos operacionais mais abrangentes. (FACHINI, 1975, p. 165, grifo nosso).

Este autor acrescenta que não há uma maior preocupação com o levantamento criterioso de variáveis econômicas e sociais, o que

empobrece o modelo de desenvolvimento, sendo as metas sociais conseqüências das mudanças econômicas, resumindo-se a programas setoriais sem abordagem de conjunto:

Os planos abordam, por exemplo, os setores de educação, saúde, recreação, habitação como se fossem atividades independentes do contexto social real em que estão inseridas. Se a atividade de planejamento é uma intervenção, [...] é necessário, para a própria consecução dos objetivos visados, levar em consideração a constelação de problemas que circundam a área programada. (FACHINI, 1975, p. 166).

Neste sentido, lembramos o contexto particular no qual chegaram os Planos de Recreação: para definição de uma política específica de lazer, uma das poucas referências teóricas e anteriores ao planejamento dos parques. Surpreendeu-nos que na análise dos planos, um de 1968, sendo complementado por outros dois, de 1973 e de 1974, houvesse relativa vanguarda das idéias pesquisadas, como gestão do tempo livre, equilíbrio psíquico dos indivíduos através da oferta de espaços ao ar livre para o lazer, entre outras. Também surpreende a idéia de que as determinações destes planos dependeriam de sua inserção na problemática global da cidade com outros planos, como verificamos: "Somente a integração do plano de recreação na solução global dos problemas gerais de Curitiba poderá propiciar a máxima fluidez da vida urbana e eficiência das áreas, equipamentos e incentivos programados para a vida dos lazes." (IPPUC, 1968, p. 3).

Mesmo que não implementados em sua íntegra, a importância destes Planos de Recreação é fundamental no sentido da abordagem e polemização atual do tema lazer em Curitiba. Sua elaboração, somada a outros fatores, influenciou a política de criação, planejamento e gestão de áreas verdes para o lazer no município. Contudo, embora insistissem em uma articulação com a problemática global da cidade, os Planos de Recreação não conseguiram implementar a principal instância para esta articulação, a comissão de animação, sugerida para dinamizar o uso dos espaços a serem criados e seus equipamentos.

Dentro deste contexto ilustrativo dos Planos de Recreação, podemos verificar então que a integração tão propagandeada de políticas em Curitiba tenha se dado, pelo menos no início da fase moderna de seu planejamento, mais pelas fertilizações cruzadas posteriores à implementação das ações e/ou até mesmo por facilidades circunstanciais, do que necessariamente por algo previamente concebido na instância de planejamento.

No caso particular dos parques, foi o problema das enchentes que motivou a instalação das primeiras áreas na cidade. Antes de tudo, os parques foram uma obra de saneamento, mais eficaz que a canalização até então feita. E, dar um uso para as áreas em torno dos lagos das pequenas represas convinha aos objetivos de se oferecer lazer em áreas abertas. Portanto, uma situação circunstancial, levando a uma ação que em dando certo como deu, consolidou-se como uma “ação integrada”.

A prática, retroagindo sobre a teoria, também é destacada por Quandt (1995). Citando Safier, que defende a expansão e consolidação da abordagem “learning by doing”, ou “aprendendo fazendo”, como um estilo único no planejamento e gestão urbana, Quandt (1995) traz como ilustração o caso do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), que se alinharia a esta abordagem pela ausência de uma metodologia disciplinar, resultado da característica de seu corpo técnico, com especialistas de diversos campos, e pela diversidade dos problemas com que lidam: desde o uso do solo, *design* urbano, pesquisa, transporte, patrimônio.

A partir de Rondinelli, Quandt (1995) aponta que os *policy-makers* têm agido por conexão intuitiva, primeiro fazendo e depois inquirindo/avaliando o objetivo desejado. Neste contexto, os arquitetos por seu perfil de sintetizadores de informação têm desempenhado importante papel na formulação de políticas. Isso se deve à importância dos parâmetros físicos como ferramenta para o crescimento da cidade, no que estes profissionais dão sua contribuição.

Para esta autora, embora não haja na continuidade do processo de planejamento uma metodologia explícita, há um alto nível de coordenação entre os diversos departamentos do IPPUC. Acredita

que as críticas a uma falta de metodologia para o processo de planejamento derivam de visões profissionais relacionadas à “racionalidade” do planejamento, dentro de rígidos procedimentos metodológicos.

Uma das inquietações dentro de nossa pesquisa, enquanto íamos percebendo a falta de base material escrita que expusesse a existência de um paradigma, era como se dava a integração intra-institucional, que no caso dos parques implicava em atividades de diversas secretarias e órgãos neles realizadas. Embora tenhamos verificado que o êxito seja fruto de iniciativa isolada das secretarias e órgãos, é interessante que ações em cultura, educação, meio ambiente, lazer, esporte, promoção social, entre outras, encontrem meios de se desenvolver no espaço dos parques sem a presença de uma espécie de gerência de caráter centralizador ou sequer de um plano de ações. É mais intrigante ainda quando no discurso municipal se divulga o resultado destas ações como obra de um planejamento integrado e que elas logrem tanto êxito. Como ações isoladas alcançam tanto sucesso, sem uma base que lhes dê diretrizes? Seria o caráter físico, como aponta Quandt (1995), ou seja, a existência de planos diretores, ou apenas a competência técnica, ou ainda o papel centralizador e idealístico dos seus prefeitos que articulam, num trabalho herculano, seu secretariado sob uma mesma visão?

Para Küster (2000) há uma espécie de “consenso imaterial” entre os técnicos da prefeitura, do que “pode e o que não pode ser feito” (num sentido do que é coerente com a “cara” de Curitiba ou não), o que ele denomina de “inconsciente coletivo dos técnicos”.

Em nossas entrevistas com agentes-chave do processo de planejamento e gestão de áreas verdes, percebemos um grande grau de conhecimento e de aprovação das políticas curitibanas como um todo, bem como um empenho até mesmo pessoal de alguns em facilitar essas ações intra-institucionais, não se detendo em sua área específica de conhecimento e ação. Para Küster (2000), houve uma “[...] absorção da forma de atuar por parte de cada secretaria”. Ao nosso ver, um dos fatores que determina este perfil dos técnicos e, portanto, das instituições, é que grande parte do corpo técnico,

especialmente o escalão mais alto (superintendentes, gerentes, diretores), está há aproximadamente 25 anos na prefeitura, tendo um “conhecimento da casa” e tendo crescido com a estrutura. Outro fator é o envolvimento pessoal e até de amizade entre alguns, que se conhecem por estarem há tanto tempo na prefeitura e ultrapassam facilmente a impessoalidade de relacionamentos numa “empresa” de 30 mil funcionários, como é a Prefeitura.

Pereira (1999) também concorda que não há explicitação de um modelo, descrito teoricamente, mas vê certas características de modelos já existentes sendo adaptadas, ou talvez, criando seu próprio modelo. Baseando-se em Garcez, Pereira (1999) destaca três grupos principais de modelos urbanísticos: o progressista, o culturalista e o biotécnico, e, em sua visão, Curitiba, apresenta traços dos três.

No modelo progressista, a moradia, o lazer e o trabalho são as funções humanas buscadas nos espaços da cidade, e conta-se com muitas áreas verdes com finalidade de higiene urbana, preocupando-se ainda com a estética. Ou seja, o “bom e velho Modernismo(!)”, do qual derivam as históricas locações de áreas verdes do Plano Agache (primeiro plano para a cidade de Curitiba), e posteriormente as áreas verdes para contenção de enchentes.

O modelo culturalista é percebido no destaque a espaços diferenciados para funções comunitárias e culturais, como os Faróis do Saber³, o Teatro Paiol⁴, o Memorial de Curitiba e os diversos memoriais alusivos às culturas das etnias (alguns inclusive presentes em bosques e parques), e a UNILIVRE (Universidade Livre do Meio Ambiente).

O modelo biotécnico tenta a reintegração do problema urbano ao seu contexto global e multidisciplinar, percebido na cidade na forma como se lida com a percepção popular, no aspecto sociológico com que se influencia o comportamento das pessoas através da mídia ou projeto estético dos espaços.

Esta abordagem de Pereira (1999), que vê uma junção de pressupostos de vários modelos paradigmáticos para o caso de Curitiba, nos dá uma das pistas mais fundamentais para a caracterização do modelo curitibano de planejamento e gestão de parques, e por con-

seguinte, de sua política de gestão urbana mais global. A diversidade, contraste e até oposição e incoerência entre os indícios que temos descoberto nos leva a crer que Curitiba tem se apropriado destes e de outros valores da forma e no momento que mais lhe convém. Diferentemente do paradigma anterior, que guardava uma “pureza”, a princípio, podemos verificar que o planejamento urbano em Curitiba vem configurando de uma maneira híbrida e heterogênea aquilo que, ainda não sabemos, constitui-se ou não em um paradigma. A rigidez do modelo anterior expresso em uma metodologia explícita, “sacralizado” na Carta de Atenas⁵ e reproduzido nas leis de zoneamento do solo, pode agora estar relativizada em uma série de conceitos flexíveis e cuja compreensão, por exemplo, varia de técnico para técnico.

Se Curitiba tem uma cartilha, contudo, ela se encontra no volume 8 de “Memória de Curitiba Urbana”, que apresenta de forma inédita, na década de 90, aquelas que são ditas com as diretrizes da gestão urbana e meio ambiente na cidade responsáveis por seus mais diversos êxitos e que confirma o que verificávamos a partir dos autores acima mencionados: uma teoria que se escreve na prática.

Escola de Urbanismo Ecológico: uma cartilha que ensina o que aprendeu

Adaptando-se porém aos novos tons da ‘modernidade urbana’, Curitiba é apresentada pela municipalidade, desde 1992, como uma verdadeira ‘capital ecológica’. Doravante, e definitivamente, o paradigma da modernidade urbana, que havia norteado o planejamento urbano até então, inclui a questão ambiental, conferindo novo colorido ao *imaginário da urbanização*. No interior de um ambicioso programa municipal denominado *Postulados da Escola de Urbanismo Ecológico*, o ‘urbanismo moderno’ transforma-se em ‘urbanismo ecológico’. Seria lógico pensar assim que a implantação dos parques e bosques da cidade está relacionada com estes novos postulados municipais? Teriam sido eles a contrapartida fiel de uma nova política ecológica urbana? (OLIVEIRA, 1996b).

Além dos Planos de Recreação, nenhuma outra plataforma teórica anterior ao surgimento dos parques dava embasamento à concepção, planejamento e gestão destes espaços. Em 1992, uma publicação do IPPUC (1992), com o título “Memória da Curitiba Urbana”, em volume especial editado também em língua inglesa, divulga entre as diversas experiências curitibanas no campo ambiental, oito postulados de sua Escola de Urbanismo Ecológico (EUE). Embora sem qualquer menção ou referência a texto acadêmico ou corrente ideológica (embora nitidamente se percebam influências diversas neste texto, conforme comentaremos a seguir), pela primeira vez o IPPUC manifesta por escrito, em uma publicação oficial, que idéias norteiam sua conduta de ação, ou o que conformaria seu modelo de gestão urbana.

Influenciado pelas mais recentes noções acerca do homem e a natureza, os postulados da EUE são colocados com propalado pioneirismo e vanguarda, embora se refiram a ações que vêm sendo implementadas há 20 anos(!):

[...] é no ambiente imediato do homem que se precisa buscar o equilíbrio entre ele e a natureza, integração perfeita com todos os fatores ambientais, de modo a se garantir uma existência digna e saudável. Curitiba compreendeu esta verdade e começou a implantá-la há 20 anos. Talvez tenha sido a primeira a desenvolver o que se poderia chamar de uma *escola de urbanismo ecológico* – e sobretudo a dar-lhe lógica e consequência. (IPPUC, 1992, p. 3, destaque no original).

O entendimento dado na publicação é de que, embora não escritos, os postulados norteavam as mais diversas ações da administração pública desde a institucionalização do planejamento urbano, porém, apenas nesta oportunidade (1992) foram textualmente expressos.

[...] muitas vezes até empiricamente, observando atentamente as relações causa e efeito, que começaram a ser *escritos* informalmente os grandes postulados do que

hoje ousamos chamar, em letras maiúsculas, de Escola de Urbanismo Ecológico. Tais postulados compõem o conjunto de diretrizes que dão coerência à intervenção do Poder Municipal em todos os campos – do físico-estrutural ao cultural, atingindo também as entranhas do psicossocial. (IPPUC, 1992, p. 4, destaque no original).

Desta forma, podemos compreender que a base dentro da qual tais princípios nasceram foi profundamente influenciada pela prática que vinha sendo experienciada nos diversos programas implementados ao longo das últimas duas décadas, e de uma forma específica, as ações em meio ambiente, particularmente, no que se refere às áreas verdes. Verifica-se assim, nestes postulados, uma justificativa teórica *a posteriori* para muitas destas ações. Na exposição de cada postulado, como ilustração, a publicação menciona a que ação prática corresponde à disposição teórica, sem, no entanto, reafirmar que foi a própria ação que desencadeou a formulação teórica de cada um dos princípios, como veremos a seguir na reflexão sobre cada um dos seus oito postulados:

1- “O homem não é mero espectador da Natureza, é parte dela. E como tal, é para ele que devem ser voltadas todas as ações de cunho ambiental”. Ao nosso ver, apesar de ainda se perceber na afirmação uma postura antropocêntrica, a inovação consiste na não-diferenciação do homem de seu meio. No âmbito das áreas verdes de lazer, comenta-se na publicação que, ao se fomentar uma política de incremento destes espaços, além de propiciar os benefícios diretos ao ser humano – sombra, ar puro, frescor – estes espaços estão contribuindo para a recomposição do “equilíbrio da cadeia biológica vital para assegurar alta qualidade de vida”. Qualidade de vida de quem? Do próprio ser humano, que na visão do postulado, está no centro dos objetivos, como se vê em seguida.

2- “A cidade deve ter a escala do homem”. Neste sentido, a publicação menciona que a necessidade de adaptação dos equipamentos, serviços e infra-estrutura urbanos ao homem – o que considera ecologicamente apropriado –, refletiu-se numa preocupação com o desenho de mobiliário urbano para o espaço público, no caso

das áreas verdes, através das dimensões de luminárias, bancos, e lixeiras. Em outras publicações oficiais, a opção por uma escala menor e menos agressiva ao homem é exemplificada com as intervenções em Curitiba derivadas do Plano Diretor de 1965 (num âmbito macro-estrutural), as quais primaram por menores “rasgos” urbanos possíveis, priorizando o pedestre e evitando a destruição da malha urbana central com viadutos que privilegiassem o automóvel particular, optando por uma opção de passagem tangente ao centro. A opção pelo sistema trinário⁶ também evitou a criação de novas avenidas, aproveitando-se do leito ampliado das já existentes.

3- “O meio ambiente deve servir ao homem e, assim sendo, deve ser colocado em regime de usufruto direto”. A idéia de não-diferenciação entre Natureza e Homem expressa no Postulado 1 é retomada aqui no sentido de dar acesso aos recursos naturais presentes em meio urbano de forma mais irrestrita possível, demonstrando para nós, um entendimento do conceito de conservação (diferente de preservação), que implica na manutenção, porém, com utilização: “[...] os parques da cidade não estão protegidos por redomas de arame farpado – pelo contrário, eles estão abertos à visita e ao uso pleno da população. Curitiba entendeu que não se conserva aquilo que não se usa”. (IPPUC, 1992, p. 6). Um grande problema encontrado dentro do paradigma modernista de planejamento urbano era de que, mesmo diante da necessidade humana por demandas realizáveis dentro de espaços verdes, não se conseguia a utilização mínima destes espaços, quando do contrário, não se resultava em espaços de abandono e marginalidade. No âmbito deste postulado, o texto coloca que, em Curitiba, a conscientização maciça da população é que atua como instrumento para fomento da adesão aos usos oferecidos nestes espaços, incrementada com uma estratégia de amplo acesso – demonstrado, ao nosso ver, na proximidade dos parques com áreas residenciais e populosas: “A população, que hoje já entendeu o papel que eles [os parques] representam no seu cotidiano de lazer e de elevação dos padrões de qualidade de vida, é hoje a primeira a defendê-lo [sic] da depredação. Isto foi alcançado, sem dúvida, pelo uso”. (IPPUC, 1992, p. 7).

4- “A Cidade é um ente orgânico e como tal, imita a natureza. Por isso, deve ser respeitada e incentivada sua capacidade de se reciclar e de se auto-sustentar”. Embora a publicação não mencione fonte qualquer, a idéia de reciclagem dos recursos em meio urbano e de auto-sustentabilidade deriva da abordagem ecossistêmica e que já se encontra amplamente difundida. A idéia de que a cidade é um ente orgânico também não difere muito de outras teorias, portanto, em si, não seria vanguardismo curitibano⁷. A publicação do IPPUC traz como práticas ilustradoras deste postulado as experiências com reciclagem de lixo (colocando como benefício a diminuição do volume despejado em aterro); e o seu sistema de transporte, mais eficiente – integrado – e desta forma menos poluente, portanto, mais “ecológico”.

5- “A Cidade é um ente orgânico. À Administração pública compete entender isto e acompanhar sua evolução natural. Ou seja, a intervenção administrativa não pode violentar esta evolução, mas deixar que ela se expresse da maneira mais rica”. Neste postulado, o texto coloca que, se por um lado a cidade cresce e se desenvolve economicamente, não se pode prejudicar o bem comum, permitindo-se a interferência humana em desrespeito ao meio. Em nossa opinião, traduz-se aqui a idéia de defender a ação coibitiva da legislação, como no caso da proibição da ocupação de fundos de vale – sujeitas a inundações – dando legitimidade a atitudes como a da relocação de populações que ocupam estas áreas, sob a justificativa da proteção dela própria, em termos de insalubridade e exposição ao risco. E, a manutenção de áreas verdes nestes espaços, públicas ou privadas, garantiria ao “ente orgânico”, que é a cidade, o espaço de sua evolução natural.

6- “O Homem é um ser gregário. E a Cidade deve facilitar a realização desta característica tornando-se cenário de encontro”. No reconhecimento desta singularidade do relacionamento humano, da necessidade da vida em grupo – entendendo a cidade como motivadora destes relacionamentos de interação, bem como o papel dos parques, praças, e mesmo das ruas, como opções para o efetivo “encontro”, cruzamento e experiências da urbanidade –,

percebemos um distanciamento do paradigma modernista. No lugar da *preocupação prioritária com o automóvel*, e da concepção de que as ruas seriam para a *circulação* e os clubes para o convívio social, Curitiba deu atenção para o pedestre, preservando ruelas e introduzindo áreas de convívio em meio urbano.

7- “A Natureza é tanto mais rica quanto mais diversificada. A Natureza é contrária à massificação. O Homem, como parte da Natureza, se realiza como tal expressando sua individualidade”. Fugindo da massificação da paisagem, e buscando algo como que uma harmonização com a paisagem natural, “naturalmente diversificada”, o texto aponta que a necessidade de criação de conjuntos habitacionais foi norteadada por uma preocupação com seu porte. Pequenos, estes conjuntos procuram não ser inserções monótonas na paisagem urbana. Da mesma forma se justifica a preservação do patrimônio arquitetônico, demonstrando a diversidade da memória histórica e cultural.

8- “O zelo pelo patrimônio não é exclusivo do Poder Público. Pelo contrário, é tarefa para toda a comunidade”. A idéia de participação ampliada no processo de gestão urbana fica expressa neste postulado, apelando para a criação de uma consciência de preservação para as gerações futuras: “[...] a Escola de Urbanismo Ecológico criada em Curitiba busca envolver toda a comunidade na tarefa de proteger e melhorar o ambiente em que vive e em que viverão as próximas gerações.” (IPPUC, 1992, p. 11). Para tanto, aponta como principal instrumental a educação ambiental, principalmente no âmbito escolar.

Conforme Oliveira (1996b), nestes postulados, como vimos, Curitiba é apresentada como uma cidade com justiça social, “[...] onde o homem é o centro de todas as atenções”. Chama-se a atenção aqui tanto para “as condições ambientais de vida” quanto para “as exigências da natureza humana”. Desta forma, tanto são ecológicos os parques e bosques quanto os ônibus-expresso. A criação e preservação das áreas verdes urbanas teriam se dado, é claro, com base nestes postulados. Fechando o círculo, a cidade passou a ser lida e representada em função deste novo paradigma: Curitiba é

uma “cidade ecológica” pois o é em função de um projeto ecológico urbano expresso nos postulados.

Oliveira (1996a) vai mais além, dizendo que a partir dos postulados a cidade passou a ser lida e representada em função deste novo paradigma de “cidade ecológica” em função de um projeto ecológico urbano, e que está tão difundido atualmente que se torna impossível negar que o seja ou que pelo menos se dirige neste sentido.

Como verificamos, através de nossa pesquisa, os parques e bosques não tiveram uma causa estritamente ecológica, servindo com seus grandes lagos como solução para as enchentes, o que foi o caso dos primeiros parques na década de 70 e 80, e embora saneamento hoje possa ser considerado sem dúvida sob o aspecto ecológico, na época não se tinha clareza desta noção a ponto de subsidiar teoricamente as ações. Assim como os parques, para Oliveira outras ações ganharam com a formulação dos postulados “[...] sentido e coerência, visibilidade e respeitabilidade social e científica”, estendendo-se então ao conjunto das ações municipais, e se tornando capaz de justificar todas e quaisquer ações municipais sejam elas diretamente ambientais ou não.

Considerações finais

Contudo, apesar desta evolução da política de criação de áreas verdes, Curitiba ainda está longe de se confirmar enquanto um modelo inovador de sustentabilidade, pelo menos no aspecto dos parques urbanos. A não-veracidade deste modelo ficou explicitada em nossa pesquisa na ausência de uma base teórica pretérita às ações. Mesmo os postulados da EUE (IPPUC, 1992), que foi textualizada na década de 90, não contém um caráter paradigmático científico. Naquela publicação foram demonstradas idéias que não eram inéditas e que, no entanto, procuravam aglutinar as novidades mais recentes acerca de Ecologia, Ecosistemismo e Sustentabilidade sem citar fontes ou autores, numa possível e intencional parcialidade – procurando não se vincular a nenhuma corrente específica –, ou

mesmo por não haver um conhecimento aprofundado a partir da fonte primária de nenhuma vertente. Tal publicação sequer continua referências bibliográficas! É interessante que os outros sete volumes anteriores da coleção Memória Urbana de Curitiba, da qual esta publicação era o volume 8, contavam, através de depoimentos pessoais, vários aspectos da história curitibana, através da fala de importantes atores. No entanto, esta publicação que encerra a série conta com uma equipe de redatores não-nominados e dá a impressão de que representa o pensamento hegemônico, não só da esfera estatal, mas da população também, no que ali se textualiza. Nem o discurso político mais recente tem feito referências claras de sua “inspiração”.

Para Pereira (1999), como vimos, há um modelo para a cidade, que mescla valores dos modelos progressista, culturalista e biotécnico. No entanto, para nós, com essa “mescla”, não surge um novo modelo, mas apenas um apanhado destes e de outros fragmentos que inclusive perpetua valores do modelo anterior. Nesta incoerência fica explícita, para nós, a inexistência de um novo paradigma, que pela concepção kuhniiana implicaria na ruptura total com o antigo.

Em nossa opinião, Curitiba vive uma fase pré-paradigmática de seu planejamento, e o papel que a EUE desempenhou na década de 90 aparece cada vez mais miscigenado dentro dos planos políticos atuais que inserem novos perfis que se somam e aperfeiçoam os postulados, utilizando-se ainda amplamente, embora de outros canais, do *city-marketing*, como por exemplo, na página do município na internet (www.curitiba.pr.gov.br), entre outros. Assim, o “modo de fazer” Curitiba vai se refazendo a cada gestão municipal, utilizando-se como emblema um signo forte, seja o “ecológico”, o “cultural” e, mais recentemente, o “social” (como se verifica na página da cidade na internet), reafirmando-se como modelo de competência técnica, “participação” e vanguardismo.

Notas

* Arquiteto e urbanista pela UFSC. Mestre em Sociologia Política pela UFSC. Professor no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó). Participa dos grupos de pesquisa em "Cidade: cultura, urbanização e desenvolvimento e Políticas públicas e participação social." E-mail: matiello@pur.com.br

¹ A mudança de paradigma na ciência, especialmente no que se refere à gestão do meio ambiente, tem feito com que alguns autores busquem apoio na teoria de Thomas S. Kuhn (1991-1992), contida em "A estrutura das revoluções científicas", autor este que pressupõe que seja necessária a ruptura com o paradigma vigente para a emergência de um novo paradigma.

² Em geral, as bases para análise da metodologia que uma cidade emprega para seu planejamento e gestão estão formalmente expressas em documentos que inclusive norteiem suas ações, como a legislação urbana, e em última instância, seu Plano Diretor. Contudo, nuances específicas são demonstradas através de outros canais, como publicações oficiais, discursos de técnicos e políticos, bem como pela justificativa para os projetos que emergem senão antes de sua implementação, pelo menos logo em seguida, seja através de vias oficiais ou da própria divulgação da mídia.

³ Numa estilização do Farol de Alexandria, em alusão à luz do saber que a biblioteca desta cidade da Antigüidade representava, o Farol do Saber constitui-se em construções modulares, com estrutura metálica, situados em escolas ou logradouros públicos.

⁴ Símbolo da mudança cultural da Curitiba dos anos 70, o Teatro Paiol inaugurou o processo de reciclagem de uso das edificações de valor para a memória coletiva da cidade. Construído em 1906, o velho paiol de pólvora foi restaurado e reciclado transformando-se em teatro de arena.

⁵ A "Carta de Atenas" consiste numa deliberação do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) de 1933, que definiu como funções da cidade moderna: habitar, trabalhar, circular, e recrear-se; e que norteou profundamente as práticas da arquitetura e do urbanismo modernos, funções estas que se serviam do instrumento legal do zoneamento funcional para sua implementação.

⁶ Eixos com comércio, serviços, e com adensamento populacional que contariam com uma canaleta de mão dupla no centro para escoamento do transporte coletivo e duas vias laterais de tráfego lento. Em duas ruas paralelas, de mão única em sentidos opostos estariam as vias de tráfego rápido.

⁷ Percebemos aqui influência da "Hipótese Gaia: uma visão sistêmica em escala planetária", que para seu autor, James Lovelock, entende a terra como um ser vivo inteligente, onde o ser humano é só mais um de seus componentes. Ver Lovelock (1989).

Referências

FACHINI, Justino. **A significação social do planejamento urbano: Estudo de caso de Curitiba**. 1975. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1975.

GARCIA, Fernanda E. S. Curitiba, imagem e mito: por onde andam nossas idéias? CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. **Anais**. Curitiba, 1994. p. 141-205.

IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba, [s/d].

IPPUC. **Plano de recreação**. 1974.

_____. **A recreação em Curitiba**. Pesquisa, diagnóstico e propostas. 1973.

_____. **Plano estrutural de recreação de Curitiba**. 1968.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991-1992.

KÜSTER, Mario. **Entrevista**. Concedida em Curitiba pelo Arquiteto do Departamento de Parques e Praças (SMMA) em 20 dez. 2000.

LOVELOCK, J. **As eras de Gaia, uma biografia de nosso planeta vivo**. Portugal: Publicações Europa América, 1989.

MATIELLO, Alexandre M. **A Sustentabilidade no Planejamento e Gestão de Parques Urbanos em Curitiba (PR): uma questão paradigmática?** 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: PPGSP/UFSC, 2001.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Marcio de. Meio ambiente e cidade: áreas verdes públicas de Curitiba. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio ambiente**. Curitiba: Ed. da UFPR, n. 3, 1996. p. 77-87.

_____. Imaginário da urbanização brasileira, um estudo de caso: Curitiba, seus parques e bosques. Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais. ANPOCS (20 : 1996: Caxambu). **Anais**. [título do arquivo: 96gt0713.doc em Word for Windows/76 Kb]. (1996b)

PEREIRA, Luciana C. **Cartões postais de Curitiba: imagens de exportação**. Monografia (Especialização em Gestão técnica do meio urbano). Curitiba: PUC-PR/UTC-FR, 1999.

QUANDT, Maria do R. **Urban planning practice. A social process, a technical exercise or a political action?** Evidences from the Curitiba case study in the context of the brazilian urban politics. 1995. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). University College London/Bartlett School of Architecture and Urban Planning/Development Planning Unit. London, 1995.

Abstract

Through the study of the experience on planning and administration of the public green areas in Curitiba (PR), it was showed the important role that the parks and little forests of that city have been carrying out in the affirmation of the image of Curitiba city like an "ecological city". Under this title, in the media and in the speech of the local government, a model to be followed has been widespread. However, which are the theoretical bases of this propagandist model? The answer "seems" to be found into a document named *Memória da Curitiba urbana*, in its eighth volume. These series published by IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) in the 90s presents in its text eight postulates of the *Escola de Urbanismo Ecológico*, which are put as directives of the practice of the policy-makers since the 70s. nevertheless why was this publication become known so later? Which form did the technicians find to use the same language in their speech and actions before this publication? How were the postulates written? Through a documental analysis and interviews with key-agents, this work shows how the planning practice of this city writes/rewrites its theoretical presuppositions based on experimentation an how, in te case of its parks and little forests, an innovatory paradigm can be considered valid.

Keywords: public green areas, urban planning and demonstration, Ecologic Urbanistic School.